

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.211 - ano 21 | Março de 2019 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Dignificação dos Bombeiros Profissionais



Companhia de Sapadores de Gaia passa a Batalhão

editorial

Foto ANBP



Por Fernando Curto,
Presidente da ANBP

E nada o Governo mudou....

T

rês meses pas-
sados do ano
de 2019 e os
bombeiros pro-
fissionais con-
tinuam com os
mesmos problemas de 2018.

Na verdade, nada mudou! O
Estatuto Profissional do boma-
beiro continua na gaveta a
aguardar melhores dias... ou
então, os nosso governantes
devem estar à espera que a
classe se vergue às alterações

propostas e às quais os bombeiros profissionais se opõem! Não “abrimos mão” de uma carreira única e de melhorias das condições de trabalho dos bombeiros profissionais! Não iremos ceder um milímetro nas nossas pretensões nem na correção de injustiças a que temos vindo a assistir ao longo dos anos.

A razão está do nosso lado e o tempo tem vindo a comprová-lo! As Equipas de Intervenção Permanente vão ver o seu salário aumentar e os elementos do CNOS e dos CDOS vão regularizar a sua situação profissional e passar a integrar a função pública não é uma carreira especial, mas vamos continuar a lutar por ela.

Estas decisões vêm na sequência de muitas lutas de ANBP/SNBP e só provam que

estamos na direção certa! É este o caminho que traçamos para valorizar os bombeiros que fazem parte de um sector de proteção civil que se quer cada vez mais profissional e responsável!

Fica a faltar o Estatuto Profissional do Bombeiro! Não baixaremos os braços até que o documento contemple as nossas mais legítimas reivindicações.

Falando de necessidade de mudanças, esta será a primeira das próximas edições do jornal. A partir de agora o seu jornal vai chegar até si por via eletrónica. É tempo de inovar de estar atualizado sobre o setor, bastando para isso aceder a www.altorisco.pt

O rigor e isenção mantêm-se. Mas agora o Alto Risco pode ir consigo para todo o lado!



Mais

■ ANBP/SNBP reconhecidos pela AHBV Montijo pelo trabalho efetuado junto dos bombeiros da corporação e da direção no ano de 2018.

Menos

■ Os atos de vandalismo que afetaram a região de Lisboa, Setúbal, Seixal e Loures nas duas últimas semanas de Janeiro e que levaram à intervenção de bombeiros para apagar incêndios resultaram, alegadamente, de fogo posto.

■ O Observatório Técnico Independente considera os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, publicados em Diário da República em fevereiro, uma “oportunidade perdida” para criar uma floresta resiliente aos incêndios. Em causa, o facto de o eucalipto e o pinheiro bravo continuarem a dominar a paisagem.

■ Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de abandono de chamadas para o 112 devido a problemas com a rede ou congestionamento de linha. É o 5º pior país neste indicador.

■ A Inspeção Geral da Administração Interna detetou fraudes nas refeições dadas aos bombeiros, numa averiguação aos fogos de Mação. Terão sido cobradas refeições a mais ao Estado.

Este jornal está escrito
ao abrigo do novo
acordo ortográfico

Consulte o nosso site
em www.anbp.pt e o
nosso Facebook

cupão de assinatura

Alto Risco

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tlm.: _____

Email: _____

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:
Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho,
Presidente do SNBP

SNBP: 27 anos de história ao lado dos Bombeiros

Mais um ano a juntar à já longa história do SNBP, criado a 28 de Março de 1992 e que se tem mantido e crescido graças ao esforço dos seus dirigentes e associados.

A vida deste sindicato não tem sido fácil. As suas lutas são quase sempre desiguais. Estamos sempre do lado dos mais fracos, dos perseguidos. Daqueles que menos podem, mas que têm direito a ser defendidos, a lutar por uma carreira digna e pelo seu ganha-pão. Os Bombeiros são trabalhadores. Têm direito, como qualquer trabalhador, a um vencimento e a respeito no seu local de trabalho.

Sendo o setor dos Bombeiros e da Proteção Civil, como muitos já apelidaram, “uma grande salada russa”, cria a este Sindicato mais problemas para resolver qualquer conflito laboral. Por mais simples que ele seja...

Se dependesse só de nós, a maior parte das questões laborais e mesmo estatutárias que ao longo dos anos têm surgido, já estariam resolvidas. O problema é que tudo isto não depende só de nós. Logo, outros valores mais altos, por vezes inexplícáveis, aparecem para defender as “suas quintas” ou mesmo a sua “grande herdade”.

Todos temos de estar cada vez mais unidos em torno do nosso sindicato, porque tempos difíceis se aproximam. De uma vez por todas, quem tanto fala publicamente no nosso nome e nos idolatra tem de assumir que todos nós temos direito a uma carreira.

Os Bombeiros não pagam as suas contas no final do mês

Informação

Caro Associado,
A ANBP/SNBP vem informar o seguinte:

No caso de se ter aposentado a partir de Janeiro de 2013, deverá solicitar uma revisão da sua pensão de aposentação.

Isto porque, a Caixa Geral de Aposentações (CGA) terá de rever as pensões atribuídas desde Janeiro de 2013 na sequência de uma decisão do Tribunal Constitucional (TC)

com voluntariado.

Não pagam a renda da casa, a conta do talho, a escola dos filhos ou a letra do carro com voluntariado. Pagam sim com o seu trabalho e, como muito se ouve, muitas vezes com sangue suor e lágrimas. Não só os bombeiros, como qualquer outro trabalhador português ou no Mundo.

Muitos, ao contrário do que defende o nosso sindicato, preferem Bombeiros com direitos idênticos aos que vigoram em regimes totalitários. Então que o assumam publicamente.

Se temos assim tantos bombeiros voluntários, que se disponibilizam voluntariamente no seu tempo e não de forma obrigatória (como atualmente acontece), libertem os Bombeiros Profissionais e deixem ao seu próprio critério a opção pela realização de trabalho voluntário.

Há assim tantos voluntários? Quando se fala em melhores condições laborais, melhores ordenados e carreira, dizem não ser necessário por termos tantos voluntários? O que tem uma situação a ver com outra?

No tempo da escravatura, os negros estavam presos a correntes para trabalharem de sol a sol. Em vez de correntes, os Bombeiros Profissionais das Associações Humanitárias têm essa grande ferramenta que é o RNBP – Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses, utilizada em muitos casos para esconder os profissionais e escravizá-los no voluntariado. Não podemos compactuar com essa situação.

Como aconteceu ao longo destes 27 anos, os Bombeiros sabem que podem contar com o seu Sindicato, o SNBP. Estamos a crescer e nada nos vai parar!

Os Bombeiros têm voz com o SNBP.

Informação

INFORMAÇÃO AOS ASSOCIADOS

Ponto de situação das várias reuniões de trabalho que têm decorrido

Reunião na Associação Nacional de Municípios Portugueses

ANBP/SNBP reuniram-se no dia 22 de fevereiro com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para discussão do Estatuto dos Bombeiros e para aproximar posições relativamente a estas carreiras.

Tendo em conta que qualquer alteração ao Estatuto terá sempre um impacto nas câmaras municipais com bombeiros profissionais, é importante que as câmaras assumam uma posição consistente e que salvede o socorro às populações e os interesses dos seus bombeiros.

Nesta reunião, foram apresentadas as posições que ANBP/SNBP defendem para a carreira. Para ANBP/SNBP a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem um papel fundamental em todo este processo. Os bombeiros não podem, mais uma vez, ficar reféns de propostas que podem vir a colocar em causa a sua organização e hierarquia, tendo como justificação questões orçamentais.

Vamos continuar a reunir com todas as entidades com o objetivo principal de produzir um documento que salvede os legítimos interesses dos bombeiros e populações.

EIPS vão ter aumento de 20% a partir de Junho

ANBP/SNBP reuniram-se com o Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, no Ministério da Administração Interna.

No encontro ficou confirmado que os elementos que prestam serviço nas Equipas de Intervenção Permanente (EIPS) vão ter um aumento salarial de cerca de 20 por

cento. Este valor vem na sequência das negociações do governo. O protocolo será brevemente assinado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Atualmente as EIPS são pagas na sua totalidade pelas câmaras municipais e pela ANPC, à razão de 50% para cada uma das partes. O vínculo laboral é com a Associação Humanitária de Bombeiros à qual pertence cada equipa.

Os profissionais que compõem estas equipas auferem atualmente 617 euros, valor que não é alterado há mais de 10 anos. Estas equipas tiveram início em Maio de 2008 com um valor de 600 euros.

O seu funcionamento atual é de 40 horas semanais em oito horas diárias, durante o dia.

Para ANBP/SNBP é mais um pequeno passo na melhoria das condições destes profissionais, mas considerando o seu funcionamento e a sua organização, muito ainda tem que ser feito para a organização desta carreira.

Neste sentido, ANBP/SNBP promoveu no dia 16 de Março um encontro nacional para esclarecimentos aos bombeiros que prestam serviço nas Associações Humanitárias, onde também estiveram as EIPS, para definir passos futuros a dar e discutir a posição a tomar relativamente à Liga dos Bombeiros Portugueses. A LBP é um parceiro fundamental nesta área, e que até ao momento não assinou com ANBP/SNBP o Acordo Coletivo para o sector, o que está a inviabilizar a regularização de todos estes profissionais e definição de uma carreira única para todos os bombeiros que prestam serviços nas AHBV.

gaia



Sapadores de Gaia reforçados com 29 elementos... e vão passar a Batalhão

Os Bombeiros Sapadores de Vila Nova e Gaia integraram mais 29 novos elementos. Ao fim de um ano de formação, a nova recruta, designada de “Chefe Fernandes dos Santos” jurou compromisso de honra no dia 9 de março. Uma cerimónia que contou com a presença de ANBP/SNBP, representados pelo dirigente Ricardo Fernandes.

Mas o reforço deste corpo de bombeiros não deverá ficar por aqui. A autarquia aprovou, em reunião de Câmara do dia 4 de Março, a abertura de uma nova recruta para 20 novos elementos.

O presidente da autarquia, Vítor Rodrigues, anunciou, durante o seu discurso, a intenção de passar a designação de Companhia para Batalhão. Uma situação que poderá acontecer já no próximo mês

de maio, no aniversário dos 108 anos do corpo de bombeiros.

“Instrui o senhor comandante a avançar com todos os procedimentos para passar a Companhia a Batalhão os Bombeiros Sapadores de Vila Nova de Gaia”.

Um estatuto que, de acordo com o edil, “é uma forma de projetar os próximos 180 anos e valorizar os novos profissionais”.



ANBP/SNBP ainda em negociações com governo para Estatuto Profissional do Bombeiro

Um passo atrás, dois passos para a frente. Assim tem sido a “dança” das reuniões entre a ANBP/SNBP e o Secretário de Estado da Proteção Civil. As negociações sobre um novo estatuto de Bombeiro Profissional decorrem desde Outubro, sem que as partes se entendam sobre todos os pontos em questão.

A carreira única, a aposentação e os vencimentos têm estado na origem da discórdia. ANBP/SNBP já fez saber que “não cede um milímetro” na defesa dos seus associados, bombeiros profissionais que se sentem “prejudicados” com as intenções manifestadas pelo documento do Governo.

Desde logo, a redução do vencimento base dos bombeiros sapadores, da Força Especial de Bombeiros e dos operacionais dos Centros Distritais e do Centro Nacional de Operações de Socorro.

ANBP/SNBP não aceitam que o governo pretenda que o ingresso de um bombeiro sapador seja perto de 300 euros abaixo dos 949.56€ que auferem atualmente. Redução,

esta, que também ocorre no caso da Força Especial de Bombeiros e dos operacionais do CDOS/CNOS.

No caso da FEB, o ingresso na carreira passa dos 974.12€ para os 738.05€, no primeiro índice de carreira.

No caso dos operacionais do CDOS e CNOS, o Governo pretende coloca-los num a carreira geral de assistente técnico, o que lhes dá uma carreira, mas reduz o vencimento base para 683.13€, em lugar dos cerca de 900€ que auferem atualmente.

Uma situação que ANBP/SNBP consideram “insustentável”, uma vez que a condição para que sejam integrados numa carreira e na ANPC (o que não acontecia até agora), implica a redução dos seus vencimentos, mesmo quando já desempenham as suas funções há 20 anos.

Estes assuntos foram objeto de discussão entre ANBP/SNBP e o Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, no dia 21 de janeiro de 2019, onde os representantes dos bombeiros profissionais reconhecem ter havido alguns avanços.

manifestação



Bombeiros profissionais juntaram-se à manifestação na Função Pública

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bom-

beiros Profissionais juntaram-se à manifestação da Função Pública, no dia 15 de fevereiro, convocada pela FESAP.

Os bombeiros profissionais

voltaram a mostrar a sua preocupação com o atual impasse que existe nas negociações com o Governo do Estatuto Profissional dos Bombeiros.

Abertura de concurso público para precários da ANPC Iniciado fim da precariedade da ANPC

Com a nova a Lei Orgânica da proteção Civil, aprovada dia 28 de fevereiro, já foi dado início ao processo de vinculação na Administração Pública dos trabalhadores que prestavam serviço à ANPC e que estavam vinculados à Escola Nacional de Bombeiros.

A nova ANEPC vai contemplar uma Força Especial de Proteção Civil que será constituída pelos atuais elementos da Força Especial de Bombeiros. Para estes operacionais ainda não será aberto concurso para vincular a administração pública, dado que ainda estão dependentes da aprovação do Estatuto Profissional para a carreira de sapador. Documento esse que ainda está em negociação.

Após a aprovação desse estatuto, será aberto procedimento para a regularização do seu vínculo laboral da Administração Pública na nova ANEPC. Todos os outros trabalhadores que foram considerados precários no âmbito do PREVPAP e que prestam serviço para a ANPC, já foram informados da abertura dos respetivos concursos para vinculação.

Em reunião de ANBP/SNBP com o Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, fomos informados que os operacionais que prestam

serviço nas Salas de Emergência e Comunicações não terão uma carreira especial (CDOS e CNOS), mas serão enquadrados na carreira geral de assistentes técnicos, com início de carreira nos 683.13 euros. A legislação do PREVPAP diz que todos ingressam na base da carreira.

ANBP/SNBP discordam desta posição e vão continuar a lutar para que estes operacionais de futuro possam ter uma carreira especial.

Foi-nos também garantido pelo Secretário de Estado que tudo está a ser feito para que o ingresso nessas novas carreiras tenha em conta as questões remuneratórias e que tudo está a ser feito para que, no âmbito do sistema de avaliação e respetiva contabilização dos anos de serviço na carreira possa salvaguardar uma grande parte dos vencimentos que estes operacionais auferem atualmente.

Este princípio vai ser aplicado a todos os trabalhadores da ANPC, sejam de carreiras especiais, ou carreiras gerais.

Foi-nos também garantido que todos serão informados do valor que irão auferir após os concursos, onde já estarão contabilizados os escalões que irão desbloquear pelos anos de serviço, pelo que se ainda não receberam essa informação, a mesma deve ser dada individualmente, a cada trabalhador, nos próximos dias. Esse foi o compromisso do Secretário de Estado.

Para ANBP/SNBP esta medida é importante e pode corrigir algumas injustiças ou parte delas. Não corrige a sua totalidade e, por isso, teremos que continuar a organizar-nos e a lutar por melhorias das condições de trabalho.

Em relação aos operacionais do CDOS e do CNOS está também previsto que venham a ser criadas novas categorias para coordenação nas salas de operações. Essas novas posições serão enquadradas e organizadas pela nova ANEPC no âmbito da sua orgânica.

Foi também garantido pelo Secretário de Estado a total disponibilidade para negociar com ANBP/SNBP a regulamentação dos horários de trabalho e respetivos enquadramentos legais com o objetivo de salvaguardar os atuais horários de trabalho, que em alguns casos, são de 12 horas.

ANBP/SNBP vão continuar com o diálogo e negociação, mas sempre defendendo que esta carreira deveria ser considerada Carreira Especial. Para nós este passo é apenas o primeiro para a resolução de um problema com dezenas de anos e que nunca foi tratado como deveria ter sido, levando a uma precariedade

A criação da carreira única, a aposentação e os vencimentos têm estado na base dos impasses negociais.

O presidente do SNBP, Sérgio Carvalho, que esteve na manifestação no Terreiro do Paço, esclareceu que “desde 2009 que não há aumentos e as negociações estão difíceis”.

Adesão à greve com forte adesão dos bombeiros profissionais

Os bombeiros sapadores e os municipais estiveram em greve, nos dias 14 e 15 de fevereiro, desde o início dos turnos, registando-se “números elevados” em todo o país.

Segundo a ANBP/SNBP, no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa a adesão à greve nos dois turnos foi de 90%, ficando alguns quartéis perto dos 100%, enquanto

nos sapadores de Coimbra se registou uma adesão entre os 85 e 95%.

Nos bombeiros municipais da Figueira da Foz, a adesão à greve registou uma adesão de 100%, número idêntico nos municipais de Loulé.

A ANBP/SNBP indica ainda que a adesão à greve nos municipais de Olhão foi de 85%.

Em causa está o novo estatuto profissional que regula a carreira especial de sapador bombeiro e de oficial sapador aprovada na generalidade pelo Governo a 25 de outubro de 2018, bem como o novo regime de aposentação.

A ANBP e o SNBP contestam o facto de o Governo querer profissionalizar os bombeiros, mas com “ordenados baixos” e uma “desvalorização das carreiras”.

o bem público como objetivo comum.

Para quem duvidou deste processo, desde o seu início, e que nunca pensou que algum dia se veria a luz ao fundo do túnel, finalmente parece que esse momento chegou.

Não é o fim de um ciclo, mas sim um início de um futuro para o qual todos temos de estar organizados e preparados para lutar pelos nossos direitos e carreiras dignas.

Olhando para um passado recente, e para o que estava em cima da mesa num primeiro cenário, o que se conseguiu até agora não foi o ideal para todos, mas teve, até ao momento, uma grande evolução que só se conseguiu com a luta de todos e com organização.

Conseguimos coisas que talvez sejam únicas neste processo em toda a regularização dos precários na função pública a nível nacional.

Quando, há uns anos, iniciámos esta luta, muitos tentaram derrubar-nos. Mas como é nosso apanágio, não desistimos porque acreditamos no nosso projeto e aí está mais um objetivo atingido, contra tudo e contra todos.

ANBP/SNBP vão continuar a informar sobre a evolução das negociações e dos passos que estão a ser dados.

A Direção Nacional

encontro



ANBP/SNBP reúnem com operacionais do CDOS de Coimbra, Castelo Branco e Aveiro

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Condeixa com operacionais que prestam serviço nos CDOS.

Os dirigentes Sérgio Carvalho, Pedro Guerra e Carlos Carecho reuniram-se com operacionais dos CDOS de Coim-

bra, Castelo Branco e Aveiro.

Foi uma reunião na sequência das que têm vindo a ser realizada a nível nacional para esclarecimento sobre precários do Estado e defesa de uma carreira única, que integre os CDOS e o CNOS. Foi ainda esclarecida a questão da redução dos vencimentos.

ANBP/SNBP continuam a defender uma carreira única, que integre estes operacionais. O Governo continuar a insistir em não reconhecê-los como

carreira especial.

Uma postura que contrasta com a realidade e que evidencia a necessidade de uma estrutura única para potenciar recursos e do que é exemplo o facto de no CDOS de Braga estarem a operar elementos da Força Especial de Bombeiros, para colmatar a falta de operadores.

Uma situação que só comprova aquilo que ANBP/SNBP defendem de que seria uma mais -valia para a ANPC optar por ter uma força única.



notícias



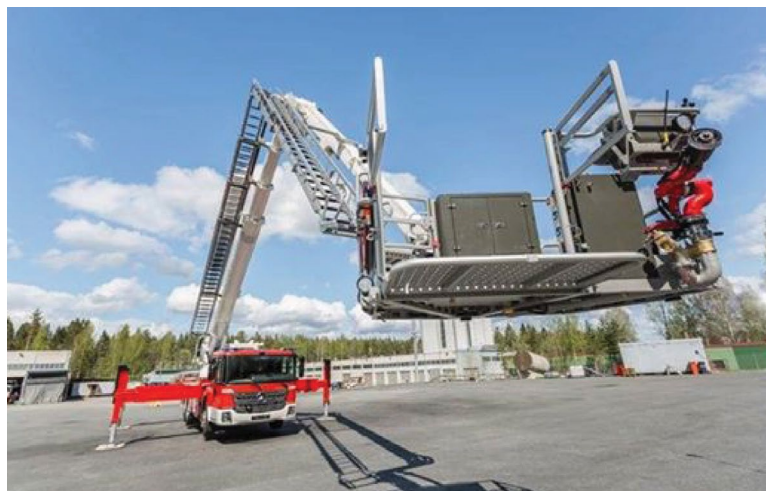
Bombeiros de Braga recebem formação de COS

O Comando Distrital de Operações de Socorro de Braga iniciou nos dias 25 e 26 de Fevereiro a formação de 1º COS (Comandante de Operações de Socorro) na Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga a 16 elementos da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga e quatro elementos dos Bombeiros Voluntários de Braga.

De acordo com os responsáveis pela formação, “este curso procurou criar «doutrina» e proporcionar o estudo do sistema de comando opera-

cional, conceitos gerais sobre as fases de comando, a sua estrutura do sistema de comando operacional, o desenvolvimento da organização, os níveis de atuação, aplicado aos diversos tipos de acidente, nomeadamente incêndios florestais, urbanos e industriais e em edifícios de grande altura”.

Serviu ainda “para atualizar e treinar os procedimentos das primeiras equipas que chegam aos Teatros de Operações (TO) na gestão de meios e operacionalização dos procedimentos previstos no Sistema de Gestão de Operações (SGO)”.



Nova plataforma elevatória para Gaia

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia aprovou no dia 18 de março a abertura de processo para a compra de uma plataforma elevatória para os Sapadores de Gaia, no valor de 770 mil euros “É o maior investimento de sempre que se faz nos bombeiros de Vila Nova de Gaia”, disse o vereador da proteção civil, José Guilherme Aguiar, em declarações aos jornalistas.

notícias



ANBP/SNBP esclarecem situação dos “precários do Estado” a FEB e operacionais do CDOS

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais estão preocupados com o futuro dos operacionais do CDOS dos 18 distritos do país e dos elementos da Força Especial de Bombeiros. Em causa, o regime de precaridade

em que se encontram e as alterações previstas em relação aos seus vencimentos.

Neste sentido, ANBP/SNBP reuniram-se no dia 23 de janeiro com os elementos dos Centros Distritais de Operações de Socorro de Santarém e Leiria, no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santarém.

Em causa, a possibilidade

dos operadores de salas de emergência da Autoridade Nacional de Proteção Civil virem a sofrer uma redução salarial de 300 a 400 euros por mês na sequência da integração nos quadros da função pública. O governo propõe um regime de transição que não lhes reconhece a atividade profissional específica que exercem.



Grupo Parlamentar PSD recebe representantes dos operadores de CDOS

O Grupo Parlamentar do PSD recebeu, no dia 8 de fevereiro, uma delegação de representantes dos operadores de sala dos Co-

mandos Distritais de Operações e Socorro, onde se incluem ANBP/SNBP.

A integração numa nova carreira e a garantia de sa-

lários dignos da profissão estiveram entre os assuntos abordados com o os deputados do PSD com assento parlamentar.



Ou seja, trabalhadores que agora ganham entre os 800 e os 1500 euros serão colocados na base da carreira e vão auferir 683 euros de ordenado. Uma situação que ANBP/SNBP não podem aceitar, uma vez que há elementos que trabalham sem vínculo à função pública “há mais de 20 anos”.

Para ANBP/SNBP estes elementos deveriam ser enquadrados na nova carreira da Força Especial de Bombeiros, “porque davam a possibilidade dos profissionais com mais experiência passarem para as centrais de comunicação quando deixassem a atuação nos teatros de operações”.

“Quando se está a rever toda a estrutura da Proteção Civil, dos bombeiros e do Socorro, não se pode fragilizar um sector-chave onde estão estes operadores”, defendem ANBP/SNBP.

Reunião com FEB em Almeirim

A integração de precários do Estado foi também o tema central da reunião decorrida entre ANBP/SNBP e os elementos da Força Especial de Bombeiros, em Almeirim, a 23 de janeiro.

Estes elementos, atualmente, auferem 974.12 €, mas na nova carreira proposta pelo Governo, a sua remuneração será de 738.05€, uma vez que corresponde ao primeiro nível dessa mesma carreira. Ou seja, ao abrigo da legislação para o enquadramento dos precários do Estado (PREVPAP) todos os bombeiros da FEB teriam de ingressar no primeiro índice de carreira, o que se traduz nesta redução de vencimento.

Esta situação tem também estado na mesa de negociações entre ANBP/SNBP e o Secretário de Estado da Proteção Civil. O ponto da situação desta discussão foi feito durante esta reunião com a FEB.



ANBP/SNBP reúnem em bases da FEB em Guimarães e Setúbal

ANBP/SNBP reuniram a 5 de fevereiro, em Guimarães e a 11 de fevereiro, em Setúbal, com bombeiros da Força Especial de Bombeiros

Esta reunião serviu para esclarecer o enquadramento na nova carreira que está a ser discutida no MAI, realçando que vão todos ingressar sem-

pre na base de qualquer carreira que venha a ser criada. ANBP/SNBP “apelaram à união de todos, na defesa de uma carreira digna com vencimentos.”

A importância de uma carreira única tem sido um das reivindicações de ANBP/SNBP.

dia da proteção civil



Peritos internacionais falam de proteção civil na Europa

“Riscos de elevado impacto- desafios” foi o mote para um seminário internacional realizado no dia 28 de fevereiro, no âmbito do Dia da Proteção Civil. O evento, que teve lugar na sede da ANEPC, em Carnaxide, contou com especialistas da Roménia, Itália e Portugal e teve como objetivo a reflexão sobre eventos de elevado impacto.

Foram abordados os desafios existentes na preparação da resposta, do apoio internacional e da recuperação da normalidade em caso de catástrofe, bem como os desafios comunicacionais, para o que foram convidados Vlad Iuliu Petre (Roménia), José Galamba de Oliveira (Seguros de Portugal), David Fabi (Itália) e Celso Paiva (Rádio Renascença).

A cerimónia de abertura foi presidida pelo Ministro da Administração Interna, Edu-

ardo Cabrita.

O especialista da Roménia, que atualmente preside ao Conselho da União Europeia da Proteção Civil, focou os Eventos de baixa probabilidade e alto impacto, como as cheias. Já José Galamba de Oliveira abordou o Sistema de Proteção de Riscos catastróficos, e falou sobre a proposta das seguradoras para dar resposta aos vários riscos de catástrofes, sobretudo na vertente de risco sísmico. O primeiro pilar do sistema, segundo o especialista, assenta na proteção do parque habitacional.

David Fabi, perito italiano, abordou os desafios na resposta aos recentes desastres que afetaram o território italiano, nomeadamente nos últimos 10 anos.

De acordo com o especialista, entre os principais riscos do território estão os sismos, as cheias os vulcões, os torna-

dos e os incêndios florestais. Como exemplos, Fabi analisou o colapso do navio Costa Concordia e os recentes tremores de terra.

Durante a sua intervenção, David Fabi salientou a importância da cidadão na prevenção. “É o primeiro agente da proteção civil”.

O painel de intervenções foi fechado pelo jornalista da Rádio Renascença, Celso Paiva, que abordou as abordagens e constrangimentos com que, atualmente, os jornalistas se deparam no acesso à informação.

Esse mesmo mote foi aproveitado pelo presidente da Autoridade Nacional de Proteção civil, General Carlos Mourato Nunes, que defendeu a mudança “de paradigma de comunicação entre o Estado e a população para o que poderão contribuir os órgãos de comunicação social”.



notícias

Entrou em vigor Mecanismo Europeu de Proteção Civil

O Mecanismo Europeu de Proteção Civil, que reforça a prevenção e a resposta da União Europeia (UE) em catástrofes como incêndios florestais entrou em vigor no dia 21 de março.

Em comunicado, a Comissão Europeia esclarece que a entrada em vigor resulta de um acordo com o Parlamento Europeu e o Conselho da UE para reforçar o atual mecanismo de proteção civil da UE.

Conhecido como rescEU, este mecanismo “estabelece uma nova capacidade de resposta europeia [...], incluindo aviões de combate a incêndios e helicópteros, reforçando simultaneamente as medidas de prevenção e preparação para catástrofes”, indica a Comissão Europeia.

Citado pela nota divulgada esta quinta-feira, o comissário europeu responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides esclareceu que “as palavras são postas em prática”, fornecendo assim aos Estados-membros “ferramentas para os cidadãos que podem salvar milhares de vidas no futuro”.

Em causa está, desde logo, a criação de uma reserva de ativos a nível europeu para responder a catástrofes, incluindo aviões de combate aos incêndios florestais, bombas de água especiais, equipas de busca e salvamento em meio urbano, hospitais de campanha e equipas médicas de emergência.

Estes meios irão complementar os recursos nacionais e serão geridos a nível da UE.

Defesa quer mais 170 militares para combate a incêndios

O Governo vai discutir em Conselho de Ministros uma proposta que prevê o aumento de efetivos nas Forças Armadas. Uma medida que o ministro da defesa, João Mendes Cravinho justificou com o combate aos incêndios e a ciberdefesa.

Em causa está a inclusão de mais 170 elementos.

“Posso desde já dizer que estamos a fazer uma proposta

para aprovação em Conselho de Ministros de um aumento de 170 militares para fazer face às novas responsabilidades em matéria de comando e gestão dos meios aéreos de combate aos incêndios rurais e também de novas responsabilidades em matéria de ciberdefesa”, afirmou João Cravinho, na primeira audição regimental sobre a política de Defesa, no parlamento.

Começou o julgamento de bombeiros que terão ateado incêndios

Os dois bombeiros dos Bombeiros Voluntários de Paredes, acusados de atear fogos na floresta entre 2017 e 2018 na sua área do concelho, começaram a ser julgados a 27

de fevereiro. De acordo com a Agência Lusa, os arguidos terão ateado os fogos “para incrementar a ação dos fogos por parte dos Bombeiros Voluntários de Alenquer”.

notícias

Aprovada Nova Lei Orgânica da ANEPC

Foi aprovada, no Conselho de Ministros do dia 28 de fevereiro, a versão final do decreto-lei que estabelece a orgânica da agora designada Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Em comunicado, o Conselho de Ministros explica que através desta nova orgânica, a ANPC fica reforçada ao nível da prevenção, planeamento e coordenação de todos os agentes de proteção civil na resposta a acidentes graves e catástrofes”. O mesmo comunicado refere-se à criação da Força

Especial de Proteção Civil, “que constitui uma força operacional de prevenção e resposta a situações de emergência”.

Em conferência de imprensa, o Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita afirmou que a nova orgânica incorpora “as recomendações da Comissão Técnica Independente”, decidida na Assembleia República para estudar os incêndios florestais de 2017.

Além das alterações operacionais, a nova lei orgânica prevê alterações ao nível dos vínculos laborais na proteção civil.

O Ministro destacou o facto

da nova orgânica da ANEPC assentar na profissionalização e na estabilização do sistema, referindo também a criação de um modelo de seleção de dirigentes da estrutura por concurso e a «consolidação de um modelo de carreira para aqueles que servem a proteção civil».

Neste âmbito, deverão ser concluídos os processos de vínculos profissionais de operadores de telecomunicações e de elementos da força especial de bombeiros, oferecendo-lhe mais estabilidade e melhores perspetivas de carreira.

ANBP defende clarificação das contas na ENB

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais pede urgência na clarificação das contas da Escola Nacional de Bombeiros e defende que esta instituição deveria ser administrada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Fernando Curto reagiu assim à auditoria às contas da ENB.

“A ANBP não tinha conhecimento desta auditoria, mas temos sido críticos ao longo do tempo no que diz respeito

à escola, que consideramos devia ser exclusivamente da ANPC”, defende.

O presidente da ANBP relembra que “já há muito tempo que a ANBP defende que a escola não deve pertencer, não deve ser gerida pela Liga dos Bombeiros ou sequer administrada por nenhuma instituição. A escola foi concebida como uma instituição pública sob tutela integral da ANPC, que poderá ter a liga ou outra associação nos órgãos para poderem acompanhar, opinar e não na perspetiva de pagar”.

Em causa, estão suspeitas

MP arquiva processo dos donativos de Pedrógão Grande

O Ministério Público arquivou no dia 6 de março o processo que investiga alegados desvios na atribuição de donativos às vítimas de Pedrógão Grande. Terá sido concluído que não houve desvio de fundos, nem de dinheiro, nem de bens.

De acordo com o despacho

de arquivamento, a justiça concluiu “que não resultou demonstrado o desvio de qualquer verba doada, fosse por parte da autarquia ou por outrem” assim como “não se confirmaram as suspeitas de desvios de bens materiais”.

O inquérito foi aberto “na

sequência de notícia publicada, em 28 de julho de 2018, no semanário Expresso, levantando a suspeita de desvio de donativos, em dinheiro e em bens materiais, efetuados na sequência do incêndio de 17 de junho 2017 que afetou, nomeadamente, o concelho de Pedrógão Grande”.

viana do castelo



Assinada renovação de ACEEP em Viana do Castelo

Foi assinada no dia 6 de março a renovação do Acordo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP) entre ANBP/SNBP e a Câmara Municipal de Viana

do Castelo, pelo presidente José Maria Costa.

Estiveram presentes na assinatura os dirigentes nacionais de ANBP/SNBP, Sérgio Carvalho e Ricardo Fernandes.



notícias



Municipais e Sapadores reforçam quadros de pessoal

O ano de 2019 começou com o anúncio para o recrutamento de novos bombeiros municipais por parte da Câmara de Loulé. O concurso publicado em Diário da República prevê a contratação de mais 27 profissionais, levando assim a um aumento de cerca de 50 por cento no quadro de pessoal da corporação, até aqui composto por 53 efetivos.

“Há notoriamente uma carência de bombeiros profissionais que é preciso suprir. Além disso, temos de ter presente que vai ser aberta uma nova secção dos bombeiros em Quarteira, que ficará localizada na Base de Apoio Logístico da Proteção Civil”, explica o presidente da Câmara de Loulé, Vítor Aleixo. O autarca admite o lançamento de novo procedimento para a contratação de mais bombeiros ainda este ano.

O comandante dos Bombeiros Municipais de Loulé, Irlandino Santos, realça, por seu turno, estar “muito satisfeito”, porque o aumento de recursos humanos “permitirá melhorar ainda mais a prestação do socorro a quem dele precise”.

De resto, várias corporações de sapadores e bombeiros municipais admitem ser esta a altura para o recrutamento de novos profissionais, sendo que muitas delas já iniciaram o respetivo procedimento durante o ano anterior.

Recrutados do Funchal formados em Lisboa

No Funchal, por exemplo, a autarquia local promete admitir 24 novos profissionais em 2019, que se juntarão aos 31 recrutados em Fevereiro do ano passado. Isto após longos anos sem registo de qualquer concurso de admissão. Durante a cerimónia de receção aos novos efetivos, Paulo Cafôfo, presidente da Câmara Municipal do Funchal, destacou “o significado deste recrutamento para os Bombeiros Sapadores, tendo em conta que a última recruta decorreu há 17 anos, e que esta era uma carência identificada por todos. O compromisso era avançar, desde já, com a contratação de 24 bombeiros, mas acompanhamos de perto o processo de seleção e não tivemos dúvidas de que fazia todo o sentido integrar os 31 finalistas desta nossa primeira recruta”, sublinhou.

De registar o elevado número de interessados no ingresso nos Municipais do Funchal, com o processo de seleção a

começar com 170 candidatos.

Parte da formação destes novos bombeiros é feita juntos dos Sapadores de Lisboa, ao abrigo de um protocolo celebrado entre as autarquias do Funchal e da capital. São seis meses de formação específica junto dos Sapadores lisboetas, incluídos no ano de duração previsto para a recruta, com os novos bombeiros a cumprirem, depois, a segunda parte do seu estágio na Região.

Mercê dos vários cursos de formação realizados desde 2017, a Câmara Municipal de Lisboa espera o ingresso de 248 novos bombeiros até final de 2019. Destes, cerca de 50 já foram contratados em finais de 2017, 140 em 2018, esperando-se pelo fim da próxima recruta para alcançar o número anunciado pelo edil Fernando Medina.

Mais 14 bombeiros em Leiria, 12 em Viana

Por sua vez, o comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria (BML), Artur Figueiredo, anunciou, durante as

comemorações do 125.º aniversário da corporação, em Abril de 2018, que este ano “está planeado abrir um novo concurso para a entrada de oito bombeiros”, para se juntarem aos 14 novos soldados da paz que receberam as respetivas divisas naquela altura.

Segundo o comandante, com a entrada dos 14 novos bombeiros, os BML passam a ter um “efetivo de 61 elementos, com uma idade média de 37 anos”. “Considerando a atual organização do serviço em quatro piquetes de serviço, será desejável ter um efetivo com cerca de 75 bombeiros, objetivo que pretendemos conseguir atingir a curto prazo”, afirmou Artur Figueiredo.

No passado mês de dezembro, 12 novos bombeiros iniciaram a carreira no corpo municipal de Viana do Castelo, após um ano de formação, informou a Câmara local, que justificou o reforço com a “diminuição de recursos humanos ao serviço”.

Segundo a autarquia, o corpo municipal registou, nos

últimos anos, uma diminuição dos recursos humanos, sobretudo devido às regras de aposentação destes trabalhadores, facto que originou a realização de grande volume de trabalho suplementar, situação que foi sendo mantida devido às rígidas limitações no âmbito do recrutamento de trabalhadores”.

Nos Sapadores de Braga o concurso externo para a admissão e estágio de dez bombeiros foi concluído em Abril de 2018, enquanto os Municipais de Viseu lançaram em Novembro um concurso para a promoção de um chefe e três subchefes, incluindo no mesmo o recrutamento de 18 novos bombeiros de 2.ª.

Em Coimbra, a autarquia local anunciou, também em 2018, a contratação de 18 novos elementos para os Sapadores, medida já tomada pela Câmara do Porto, mas em 2017, com a entrada de 35 profissionais no seu corpo de bombeiros. O mesmo aconteceu no Cartaxo com os Municipais a receberem cinco novos elementos.

incêndios



Governo esclarece atribuição de donativos para Pedrógão

Atribuição de donativos e fundos às vítimas de incêndios de Pedrógão Grande voltaram a estar na ordem do dia a 30 de janeiro. O Ex-ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, declarou que o governo criou vários mecanismos para organizar os donativos e que atribui “às autarquias a responsabilidade de atestar o tema da residência ou de organizar os processos de requerimento”.

O ministro respondia assim à questão sobre quantos tinham sido os pedidos de alteração de morada fiscal depois dos incêndios e sobre a atribuição do fundo Revita para a reconstrução das habitações afetadas.

Pedro Marques disse, no entanto, aos deputados que não se pode permitir “generalizar, quer por questões políticas, quer por questões de audiências”. Segundo o ministro, um total de 259 habitações permanentes (de primeira habitação) foram

afetadas pelos incêndios da zona de Pedrógão Grande.

“Mais de 200 casas estão concluídas e 42 em fase de execução”, frisou Pedro Marques. O ministro adiantou dos “vários processos que foram denunciados, a comissão técnica, depois da análise, propôs a suspensão do pedido a cinco situações, sendo que um titular desistiu do pedido e uma outra apoiada através da SIC-Esperança” teve o pedido cancelado.

Observatório que acompanha incêndios revela fragilidades

O Observatório Técnico Independente criado para acompanhar o estudo dos incêndios florestais considera a relação entre os bombeiros voluntários e a Autoridade Nacional da Proteção Civil como um dos “aspectos mais frágeis” do sistema da proteção civil. Numa audição na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, ocorrida a 30 de janeiro, o presidente da

OTOI, Francisco Castro Rego, considerou que “há uma fragilidade muito grande” na “relação entre aquilo que são as associações de bombeiros voluntários e a Autoridade Nacional da Proteção Civil”.

Campanha para a prevenção de incêndios

“Portugal Chama” é o da campanha de prevenção para os incêndios florestais, lançada no dia 25 de janeiro e que pretende alertar para comportamentos de risco. Vão ser por isso distribuídos panfletos, outdoors na rua, anúncios na rádio e filmes institucionais para a sensibilização da população.

Durante a apresentação da iniciativa, da responsabilidade da Agência para a Gestão Integrada de Incêndios Rurais (AGIF), o seu coordenador, Tiago Oliveira lembrou a importância de ter a noção de que o risco existe, porque Portugal “continua muito vulnerável a incêndios florestais”.

em três fases: prevenção, risco e monitorização. Terá um custo inicial de 300 mil euros e o seu orçamento poderá esgotar-se até aos 1,9 milhões de euros. Esta verba deverá sair dos 340 milhões de euros já anunciados pelo Governo e previstos para as políticas de prevenção de fogos e combate a calamidades através da Autoridade Nacional da Proteção Civil.

A AGIF foi criada em 2018 e trabalha sob alçada direta do primeiro-ministro António Costa.

Programa “Queima-Segura”

O Governo lançou, no dia 1 de março, o programa “Queima-Segura”, que obriga a que “todas as queimadas sejam acompanhadas” por bombeiros.

Em declarações aos jornalistas, o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, “lançamos uma legislação nova que já é conhecida, em que todas as queimas sejam registadas e todas as queimadas sejam acompanhadas e vamos também lançar um programa, que se chamará Queima Segura, para que haja acompanhamento das queimas”.

Miguel Freitas explicou que o que se pretende é que os autarcas “trabalhem para concentrar as queimas em dois, três dias, mas com flexibilidade”, até em consonância com as condições meteorológicas.

Com esta planificação devidamente divulgada, “as pessoas começam a organizar-se para fazer as queimas naqueles dias”. É essa organização que vai permitir às autarquias “fazer por ter bombeiros e sapadores disponíveis, junto das pessoas, para as ajudar” a fazer a queima.

“É uma prática que existe e vai continuar, porque muita dessa prática é necessária para eliminar aquilo que são os sobrantes e também para os pastores. É uma prática que vai continuar, mas que tem de ser, acima de tudo, uma prática segura, controlada e acompanhada”, concluiu.

Queimadas na origem dos incêndios de 15 de outubro

O relatório independente que analisou os incêndios ocorridos no dia 15 de outubro revelou que a maioria teve origem em queimas e queimadas intencionais e que o início do incêndio na Lousã está relacio-

nado com uma linha elétrica da EDP.

No estudo do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra, tornado publico a 28 de fevereiro, conclui-se que “alguns dos incêndios foram causados por reativações de focos de incêndio preexistentes e que não haviam sido devidamente vigiados durante o dia 15. Houve, no entanto, muitas ignições resultantes de queimas e queimadas causadas por pessoas que as realizaram pela necessidade de eliminar vegetação ou resíduos de atividades agrícolas, na convicção de que haveria de ocorrer chuva, como fora anunciado, o de facto ocorreu, mas apenas no final do dia 16”.

No documento é sublinhado que “embora não seja de excluir a ação dolosa na origem de um grande número de ignições, parece estar estabelecido que muitas delas se deveram a queimas e queimadas intencionais com fins de eliminação de combustíveis ou de resíduos de operações agrícolas”.

Já no que toca à influência das condições atmosféricas, “a ocorrência de ventos fortes, como os do dia 15 de outubro, elevam significativamente a probabilidade de ocorrência deste tipo de acidentes. Tal como sucedera no incêndio de Pedrógão Grande, este incidente constitui mais uma chamada de atenção para as entidades gestoras ou reguladoras de infraestruturas implantadas nos espaços rurais, como é o caso da EDP, REN, IP [Infraestruturas de Portugal], CP/REFER, ANACOM, para a necessidade de gerirem adequadamente esses espaços para que as respetivas infraestruturas não constituam uma ameaça para a floresta e também para que e devidamente protegidas em caso de um incêndio florestal”, refere o relatório.